

**UMA LEITURA DISCURSIVA DE CORPOS INFAMES:
A DIVERSIDADE QUE MORA NAS RUAS****A DISCURSIVE READING OF INFAMOUS BODIES: THE DIVERSITY THAT
LIVES IN THE STREETS**Carla Luzia Carneiro Borges¹

Resumo Por motivos diversos, muitas pessoas moram nas ruas em condição de infâmia e algo se repete em suas narrativas, acusando uma regularidade discursiva: a fuga de uma situação que as oprime, sufoca, controla e invisibiliza. A rua vira um espaço dito heterotópico, um lugar sem lugar, ao tempo que é lugar onde tudo é possível. Na rua, as pessoas, choram, recordam, sonham, planejam, fogem, fazem preces, enfim, (des)encontram-se de muitas maneiras. O poder público, apesar de propor algumas alternativas, disponibilizando um centro de apoio a esta população, o chamado Centro Pop, ainda não dá conta de algo muito precioso para a vida destas pessoas: a escuta sensível como linha de visibilidade. Farei uma leitura discursiva de algumas materialidades discursivas publicadas no Instagram do FSA Invisível, grupo do qual participo há dois anos como voluntária, para agora operar o deslocamento para o olhar investigativo dos sentidos e das subjetividades produzidas, praticando uma leitura discursiva de base foucaultiana, colaborando para dar visibilidade a estes sujeitos em condição de infâmia, bem como às relações de saber/poder que estão no lastro da constituição destes sujeitos e do modo como são (in)visibilizados. Mobilizo noções da arqueogenealogia foucaultiana de discurso, para compreender qual a ordem discursiva estabelecida que institui a rua como lugar sem lugar, heterotópico. Também considero a noção de sujeito, para entender como este se movimenta nas malhas do poder que insistem em exercer práticas que o sujeitam, vigiam e punem nas ruas. Outra noção importante é a de enunciado, pois fomenta a discussão sobre as (in)verdades produzidas e seus regimes de enunciabilidade, em meio às narrativas destes sujeitos.

Palavras-chave: Leitura. Sujeito infame. Rua. Corpo.

Abstract For different reasons, many people live in the streets in a condition of infamy and something is repeated in their narratives, accusing a discursive regularity: the escape from a situation that oppresses, suffocates, controls and makes them invisible. The street becomes a so-called heterotopic space, a place without a place, at the same time that it is a place where everything is possible. On the street, people cry, remember, dream, plan, flee, say prayers, in short, they (mis)find each other in many ways. The government, despite proposing some alternatives, providing a support center for this population, the so-called Centro Pop, still does not handle something very precious for these people's lives: sensitive listening as a line of visibility. I will make a discursive reading of some discursive materialities published on the Instagram of FSA Invisível, a group in which I have participated for two years as a volunteer, to now operate the displacement to the investigative look of the senses and subjectivities produced, practicing a discursive reading based on Foucauldian, collaborating to give visibility to these subjects in a condition of infamy, as well as to the knowledge/power relations that are in the ballast of the constitution of these subjects and the way in which they are (in)visibilized. I mobilize notions from Foucault's archeogenealogy of discourse, in order to understand the established discursive order that establishes the street as a place without a place, heterotopic. I also consider the notion of subject, to understand how he moves in the meshes of power that insist on exercising practices that subject him, watch over him and punish him in the streets. Another important notion is that of enunciation, as it encourages discussion about the (un)truths produced and their enunciability regimes, in the midst of these subjects' narratives.

Keywords: Reading. Infamous fellow. Road. Body.

¹ Professora Titular do Departamento de Letras e Artes (DLA) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Líder do grupo de pesquisa Linguagem, Sociedade e Produção de Discursos (LINSPI). Email: clcborges@uefs.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3457-3176>.

1 Giro inicial pelas ruas, seus sujeitos e suas narrativas

A cidade de Feira de Santana, na Bahia, conhecida como Princesa do Sertão e segunda cidade maior do estado, ainda apresenta uma realidade que se caracteriza pela presença cotidiana de pessoas em situação de rua. Segundo a Defensoria da Bahia, em reportagem publicada em 07 de abril de 2020, no site² do órgão acerca da pandemia do coronavírus e da situação de pessoas em situação de rua, a cidade tem uma média de 300 pessoas nesta condição. Por motivos diversos, muitas pessoas deixam suas casas e vão se juntar a outras em condição semelhante. Por mais que os motivos sejam distintos, há algo que se repete nas narrativas destes sujeitos/as, havendo uma regularidade em seus relatos: a fuga de uma situação que oprime, sufoca, que os controla e invisibiliza.

A rua vira um espaço dito heterotópico, um lugar sem lugar, onde tudo é possível. Na rua, as pessoas choram, recordam, sonham, planejam, fogem, fazem pedidos, enfim, (des)encontram-se de muitas maneiras. O poder público, apesar de propor algumas alternativas, disponibilizando um centro de apoio a esta população, o chamado Centro Pop, ainda não dá conta de algo muito precioso para a vida destas pessoas: a escuta sensível como linha de visibilidade. Diversos grupos sociais, a exemplo do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) e do Feira de Santana Invisível (FSA invisível), fazem da rua um espaço de encontro com pessoas que têm o que contar e reivindicar, sempre respeitando o enunciado (no sentido foucaultiano do termo): “*Não falem de nós sem nós*”. Estão sempre em diálogo, dando visibilidade às narrativas destes sujeitos nos espaços públicos, jurídicos, institucionais, lutando sempre em parceria com esta população vulnerável.

Acolher e ouvir suas histórias de vida são ações imprescindíveis para seu reconhecimento e visibilidade enquanto sujeitos que, na verdade, não são invisíveis, mas invisibilizados por uma necropolítica e, conseqüentemente, por falta de políticas públicas eficientes em diversos setores. Sendo assim, ter projetos empenhados em dar visibilidade a estas pessoas, em especial, dispostos a ouvir, acolher e partilhar pão e café com estas pessoas nas ruas da cidade é uma ação social muito relevante, colaborando para o diagnóstico de quem somos nós hoje, de nossas necessidades e de nossa capacidade de resolver problemas, propondo ações de resistência a problemas tão crônicos.

Tomarei algumas materialidades discursivas publicadas no Instagram do FSA Invisível, grupo do qual participo há dois anos como voluntária, para agora operar o deslocamento para o olhar investigativo dos sentidos e das subjetividades produzidas, praticando uma leitura discursiva de base foucaultiana, colaborando para dar visibilidade a estes sujeitos em condição de infâmia, bem como às relações de saber/poder que estão no lastro da constituição destes sujeitos e do modo como são (in)visibilizados. O grupo FSA Invisível foi criado em julho de 2021, com o objetivo de mobilizar ações sociais para escuta das histórias de vida destes sujeitos, ações não apenas pontuais e esporádicas, mas contínuas e politicamente incisivas na conscientização da sociedade, de modo a fortalecer a luta pela garantia dos direitos das pessoas em situação de rua e de seu reconhecimento civil, jurídico e cultural. Isso acusa um lugar de enfrentamento de uma ordem discursiva dada, que vem circulando nas mídias da cidade, de que Feira de Santana está viabilizando uma “Cracolândia, o que vem fazendo emergir, cada vez mais, discursos e ações na direção de reforçar uma prática de necropolítica.

² Disponível em <https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/coronavirus-atencao-a-populacao-em-situacao-de-rua-de-feira-de-santana-e-requisitada-pela-defensoria-aos-orgaos-municipais/#:~:text=Com%20cerca%20de%20615%20mil,e%20n%C3%A3o%20t%C3%AAm%20onde%20morar>

Este panorama provoca as seguintes questões que irão mobilizar este trabalho de pesquisa: Para onde olhamos quando estamos nas ruas? Nem sempre nos damos conta destes sujeitos, que vivem como se não existissem, como seres “invisíveis” para nós. Mas o que possibilita a existência de sujeitos em situação de rua? Há muitos relatos produzidos durante as ações dos projetos que apontam a diversidade de fatores, produzindo dados para o diagnóstico, não de natureza clínica, mas discursiva do modo de falar de e sobre estes sujeitos. Daí ser necessário saber: como o espaço das ruas produzem sujeitos e suas verdades? Que práticas de rua os controlam/libertam? Quais os modos de governar a si e aos outros nas ruas?

São mobilizadas as noções da arqueogenealogia foucaultiana de discurso, para compreender qual a ordem discursiva estabelecida que institui a rua como lugar sem lugar, heterotópico, mas controlado. Também considero a noção de sujeito, para entender como este se movimenta nas malhas do poder que insistem em exercer práticas que o sujeitam, vigiam e punem nas ruas. Outra noção importante é a de enunciado, pois fomenta a discussão sobre as (in)verdades produzidas e seus regimes de enunciabilidade, em meio às narrativas de sujeitos que se encontram na invisibilidade, num espaço que seria de liberdade, como representado na imagem 1 a seguir, publicada na rede social do FSA Invisível:



Imagem 1. Fonte: Disponível em <https://www.instagram.com/p/CUBkHFVsU0/>

A cena coloca um feixe de luz sobre dois sujeitos ao chão, em diálogo. A escuta possibilita, ainda que num espaço bastante curto de tempo, que o sujeito da ação social e o sujeito em situação de rua se posicionem para decifrar um momento em que a ordem discursiva estabelecida abre sua fenda para discursos outros, muitas vezes interditados e invisibilizados. Decifrar este momento exige, portanto, olhar para a articulação entre os sujeitos, seus corpos, a rua e sua inscrição histórica.

2 Os estudos discursivos foucaultianos e os modos de ler subjetividades

Tomo a leitura como prática discursiva, atravessada por relações de saber/poder, de natureza diagnóstica: ler as práticas em sua diversidade, com escuta sensível, atenta às enunciabilidades e aos modos de produção de sentidos e de verdades. Defendo que a leitura se organiza, se constitui nas relações de saber e de poder, considerando práticas leitoras que muitas vezes são realizadas para controle dos sujeitos. Assumo a noção de bioleitura, cunhado por

Borges e Farias (2020), como dispositivo discursivo, atrelado ao conjunto de políticas de leitura que controlam o que lemos, definem os sujeitos que leem e os espaços de leitura, bem como os sentidos que circulam.

Esta concepção de leitura possibilita compreender as formas como as subjetividades são produzidas, sempre atravessadas por mecanismos de controle e por práticas de liberdade. O sujeito encontra-se constituído pelas diversas relações de força, submetido a práticas de produção do saber e ao exercício do poder. Aquele que fala, de determinado lugar, legitimado ou não por uma instituição, entre controle e resistência. Com base nesses pressupostos, procuro analisar os elementos para uma leitura das ruas, buscando explicar quem fala nestes espaços, de que lugar e quem (des)legitima os sentidos produzidos.

O espaço das ruas está submetido ao controle de um sistema que opera com seus dispositivos para excluir pessoas, em prol da manutenção do poder. Deixar morrer, colocando o próprio sujeito como responsável por seu fracasso, é o foco da (necro)política que temos hoje para os corpos que ocupam o espaço das ruas, sendo necessário avaliar quais práticas de poder e de resistência acontecem/são possíveis neste espaço heterotópico, com seus modos de governar vidas em paralelo à bio/necropolítica. Na imagem 2, a postagem do FSA Invisível acusa a falta de diálogo e de mudanças.

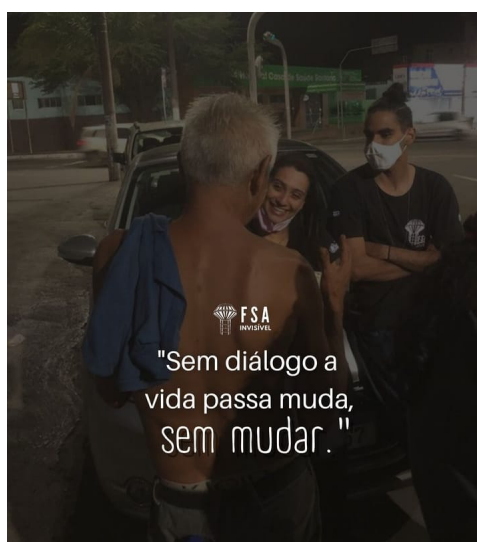


Imagem 2. Fonte: Disponível em <https://www.instagram.com/p/Cd6yqebSIHN/>

Os sujeitos que falam nas ruas estão sob constante vigilância e punição. A sociedade está com seu olho do poder acusando-os, deslegitimando suas lutas e reivindicações. Em situação de infâmia, o que pode o sujeito calado, emudecido? As cenas contrastam corpos, discursos, enunciados que circulam e têm um funcionamento na rede de saberes produzidos nas ruas, sempre em embate por sua raça, sexualidade, propósito, condições diversas.

São subjetividades que se constituem, em face de verdades produzidas e impostas por instituições. Como alerta Foucault (2016, pag. 12): “ Em nossa cultura, em nossa civilização, numa sociedade como a nossa, há certos discursos que, institucionalmente ou por consenso, são reconhecidos como verdadeiros a partir do sujeito”. Com base nisso, podemos avaliar as condições em que, até o próprio sujeito em situação de infâmia, submetido a um modo de governar responsável pela produção de (in)verdades, toma pra si uma subjetividade dada, mas que, num momento de confronto, problematiza sua condição de sujeição. A próxima postagem, imagem 3, acusa esse confronto de verdades e subjetividades:



Imagem 3. Fonte: Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cc2kVS7Aq6T/>

A mesa e o muro são elementos de uma arquitetura social bastante hostil e acusam, como monumentos, a rede de relações que se estabelecem e estão na base desta bio/necropolítica. Com base na noção foucaultiana de subjetividade e de verdade, a leitura diagnóstica desta realidade das ruas ganha uma dimensão importante, sendo relevante para que se consiga decifrar os contornos difusos que fazem de um espaço que deveria ser de liberdade, um espaço de sujeição dos corpos quase nus da população de rua.

3 Uma leitura das ruas: espaço heterotópico

Ler as ruas, portanto, exige uma incursão pela noção de espaço, buscando entender este lugar de onde falam os sujeitos que nela se encontram, com ela se identificam, contrastam, se aprisionam ou se libertam. Para quem a rua é real ou virtual? Para quem é passagem ou moradia? Espaço a ser governado ou a ser silenciado? A rua colocada como esse lugar de onde falam os sujeitos, com suas peculiaridades, é em espaço que corta outros espaços, espreitando-se entre outros, abrindo caminhos para outros lugares. A imagem da rua, tomada ao infinito, até onde nos permite chegar e quais discursos pode produzir? Recorro a Foucault para caracterizar melhor este espaço que é também objeto de discurso e de um exercício de leitura diagnóstica e cartográfica:

Há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais. Lugares efetivos. Lugares que são delineados na própria instituição da sociedade e que são espécies de contrapositionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais. Todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos. Espécies de lugares que estão fora de todos os lugares. Embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias (FOUCAULT, 2003, p. 4).

É com base nessa definição de espaço heterotópico que tomo a rua como uma heterotopia. Um lugar fora de qualquer lugar, ainda que outros espaços/sujeitos a atravessem, que se aproximem, que a tangenciem, a rua constitui-se nesse espaço diferente dos demais. O enunciado “a rua não deveria ser casa de ninguém”, que aparece na postagem do FSA Invisível, a seguir na imagem 4, ainda que tenha uma preocupação com a dignidade humana e acuse uma luta por direitos humanos básicos e essenciais, também aponta para algo que contradiz

este discurso, o fato de a rua não ser lugar de pertencimento de ninguém, o que mostra que a rua é um espaço de controle, estando sujeito a uma arquitetura que não permite que sujeitos façam suas escolhas e criem suas próprias estratégias de estar no mundo.



Imagem 4. Fonte: Disponível em https://www.instagram.com/p/CjklmlsO_-q/

Segundo a *Cartilha Conhecer para lutar*, publicada pelo MNPR (2010), há um mapeamento de quem vive nas ruas do Brasil. Os dados permitem descrever quais sujeitos estão nas ruas, quais os lugares que ocupam na sociedade, suas atividades, sexo e raça. De 2005 a 2009, a primeira Pesquisa Nacional contou 31.922 pessoas nas ruas, em 48 municípios e 23 capitais, cidades com mais de 300 mil habitantes. São quase 50 mil pessoas em situação de rua, com idade, em sua maioria entre 25 a 55 anos. Quanto ao sexo, há mais homens, mas vem aumentando o número de mulheres. Quanto à cor da pele, na Pesquisa Nacional, quase 70% são não brancos, ou seja, pardos, pretos, amarelos. Esse dado é bastante representativo e acusa uma inversão da realidade historicamente constituída, que priorizava brancos em detrimento de negros, indígenas e outras raças. Quanto ao grau de escolaridade, a maioria tem o 1º grau incompleto e procede de outras cidades do mesmo estado ou de outros estados da mesma região. A maior parte das pessoas trabalha: 70,9% tem alguma atividade remunerada, na economia informal, principalmente na catação de material reciclável. E apenas 15,7% pede dinheiro para sobreviver, o que desmistifica que são “mendigos” e “pedintes”.

Enfim, a realidade das ruas mostra que existem sujeitos que ocupam os espaços em maior número, que são de determinada raça, com menos acesso aos espaços legitimados de saber, estando vinculados a práticas de trabalho, sem acesso a condições e direitos trabalhistas, ou seja, estão submetidos a uma biopolítica que divide a sociedade, classificando e selecionando as condições de sobrevivência. Em meio a este panorama, precisamos nos posicionar, respondendo à seguinte questão: somos testemunhas de que verdade das ruas?

Temos [...] o que Foucault trata como formas de controle político e social na formação da sociedade capitalista no final do século XIX e também cidadãos que se colocam como testemunho da verdade, tal qual na sociedade grega que tinha esta forma de testemunho como uma espécie de inquérito, que tem sua origem no campo político e religioso, que instaura uma verdade, verdade esta de que a criança que vende produtos na rua é delinquente (COITO, 202, p.216).

Testemunhamos diariamente a presença de práticas que inviabilizam a vida nas ruas, como as arquiteturas hostis que impedem a circulação e acomodação daqueles que vivem uma rotina nas ruas. Trata-se de uma prática que compõe uma conduta aporofóbica³, para punição e extermínio dos sujeitos que não estão em conformidade com o modo de viver dos que se enquadram nos padrões de uma cidade metropolitana. Estes sujeitos são fruto dessa verdade instaurada que vê cada pessoa em situação de rua como delinquente, drogada, preguiçosa. Como alerta a postagem do FSA Invisível, imagem 5, “se mudarmos o ponto de vista, já temos uma história nova”. Deslocar o olhar exige estar num lugar que possibilita ver diferente.



Imagem 5. Fonte: Disponível em <https://www.instagram.com/p/CWvT0KuFo2R/>

Tudo diz respeito aos regimes de visibilidade, os quais determinam para onde olhamos, como nosso olhar produz discursividades que podem apagar ou dar visibilidade aos sujeitos, suas escolhas, seus caminhos e desejos. Quando estes sujeitos infames são escutados, sendo subjetivados como integrantes de uma prática politicamente comprometida com as mudanças, tudo se reconfigura e faz insurgir modos de dar visibilidade a estes sujeitos.



³ Referente a quem tem aversão a pobre. Ver CORTINA, Adela. **Aporofobia, aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. Tradução de Daniel Fabre. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

Imagem 6. Fonte: Disponível em <https://www.instagram.com/p/Cgt5DqHuAM-/>

As redes sociais passam a funcionar como espaço de visibilização dos corpos infames, mas ainda não refletem um movimento da população de rua, que clama por um lugar de liberdade. As redes produzem imagens e audiovisualidades (MILANEZ, 2019), responsáveis pela produção de um modo de ver e falar acerca destes sujeitos que se encontram na infâmia.

4 Uma leitura dos sujeitos infames: diagnosticando o presente

Não posso deixar de destacar a noção de leitura que venho defendendo, a partir do que Foucault desenvolve com a noção de diagnóstico. Penso a leitura como prática que permite respondermos à questão “quem somos nós?”, pois a partir desta prática discursiva fazemos um diagnóstico da realidade e de nós mesmos, respondendo sobre que sujeitos têm voz e visibilidade, quais discursos circulam, quais são silenciados, como estas leituras nos afetam e produzem subjetividades.

Ler o espaço das ruas permite-nos explicar os modos de gerenciamentos de corpos que, achando que estão livres num espaço que, a princípio, é de todos que transitam pelas cidades, ficam sujeitos a práticas hostis, a restrições de direitos básicos, sob a égide de uma biopolítica das cidades. São vidas infames como explica Foucault: *Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos, eis aí as infâmias quais eu quis, aqui, juntar alguns restos* (FOUCAULT, 2003, p.6).

Esses sujeitos em situação de infâmia, na diversidade das/nas ruas, estão no confronto direto com o poder, enfrentando desde agentes policiais a agentes dos setores públicos, na luta por seus direitos básicos. O enfrentamento do Movimento População de Rua, a nível nacional e regional, acontece diariamente nos centros pops, nos consultórios de rua, nos conselhos diversos, em especial, do Desenvolvimento Social, assim como no ministério público, com o intuito de fazer valer a legislação que legitima a luta travada nas ruas. Os corpos muitas vezes feridos, flagelados, prostituídos, sufocados e silenciados de várias maneiras não se veem invisíveis, mas sabem de sua condição no interior de uma necropolítica, que trabalha para vê-los morrer.

Daí ser preciso entender a malha do poder constituída por diversos setores da sociedade. Ainda que em nome de uma vontade de resolver as situações de vulnerabilidade, as políticas públicas, muitas vezes, estão a serviço do poder: ao tempo que criam órgãos especializados para o atendimento a essas pessoas, alimentam seu sucateamento, minimizando serviços, inclusive de saúde, precarizando recursos materiais e humanos. Outro ponto é o perfil dos que estão como responsáveis destes setores, os quais muitas vezes podem até ter um perfil técnico, mas que não condiz com o propósito exigido para o lugar que ocupam, não se comprometendo com a causa, não sendo porta-vozes de uma fala que legitime a ação social prevista, mas sim sendo responsáveis por fazerem proliferar discursos de poder, que invalidam a luta em prol dos direitos da população de rua e reafirmam a necropolítica instaurada.

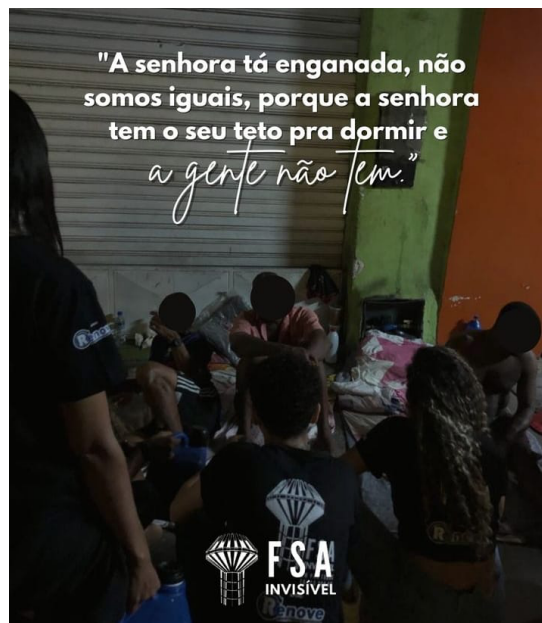


Imagem 7. Fonte: Disponível em <https://www.instagram.com/p/CY1uMS0rKIQ/>

A fala da pessoa em situação de rua postada pelo FSA Invisível, imagem 7, parece abalar a ordem social estabelecida e tida como estável, acusando o confronto com o poder. O sujeito das ruas sabe que está sendo invisibilizado. A fala do post do FSA invisível traz uma fala importante, que denuncia o fosso existente ainda entre ele e a sociedade. Aquele que está em condição de infâmia produz um saber sobre si, e este saber constitui modos de resistência, pois falar de si é um modo corajoso de enfrentamento. Dizer quem somos, nesse lugar disciplinador, é uma forma de construir o caminho para dessubjetivar-se enquanto infame e galgar um lugar de reconhecimento. Falar sobre a diferença de condições na sociedade é dar visibilidade à rede de poder, constituída por setores distintos que, em sua dispersão, funcionam fortalecendo uma rede de saberes/poderes para fazer valer o poder, não mais o de natureza pastoral, que incide diretamente interditando o sujeito que dorme ao relento, algemando-o, colocando-o para correr dos espaços ditos públicos, mas instituindo o biopoder, que age fazendo os sujeitos acreditarem que existe de fato uma ação que o beneficia, no entanto, é uma prática que age cotidianamente sobre ele, subordinando-o e eliminando-o, cada vez mais, da vida em sociedade.

O poder que se exercerá no nível da vida cotidiana não mais será o de um monarca, próximo ou distante, todo-poderoso e caprichoso, fonte de toda justiça e objeto de não importa qual sedução, a um só tempo princípio político e potência mágica; ele será constituído de uma rede fina, diferenciada, contínua, na qual se alternam instituições diversas da justiça, da polícia, da medicina, da psiquiatria. E o discurso que se formará, então, não terá mais a antiga teatralidade artificial e inábil; ele se desenvolverá em uma linguagem que pretenderá ser a da observação e da neutralidade (FOUCAULT, 2003, p.12).

A questão posta por Foucault acerca da linguagem que se pretende ser da observação e da neutralidade parece se ajustar bem à questão que pontua sobre o lugar ocupado pelo corpo dos sujeitos de rua. A língua incide sobre os corpos destes sujeitos, produzindo subjetividades:

são ditos como invisíveis, preguiçosos, drogados, responsáveis por “sujarem” os espaços públicos e privados.

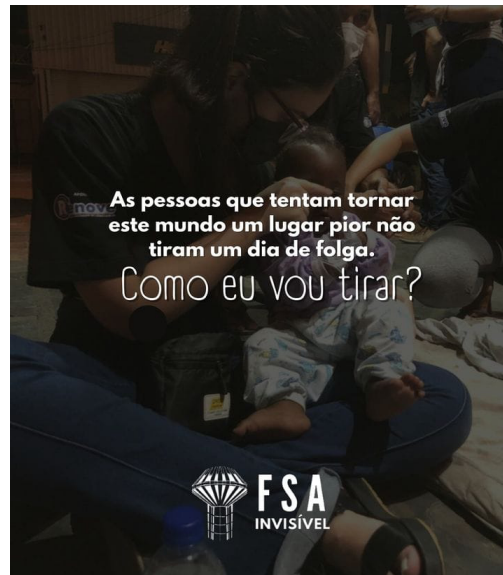
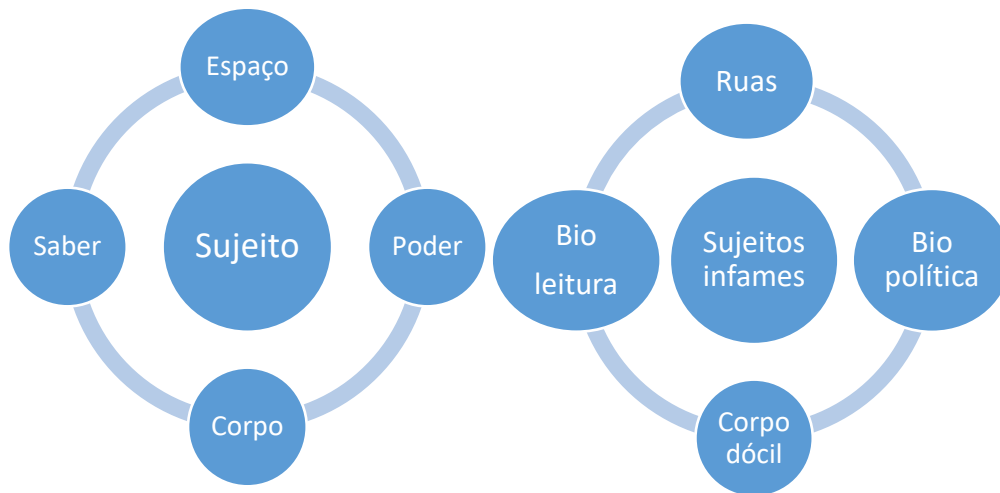


Imagem 8. Fonte: Disponível em <https://www.instagram.com/p/Ca9zLSJLtV9/>

Essa fala do FSA invisível, imagem 8, acusa um olhar para a linguagem que, ao infinito, produz sentidos que prejudicam os sujeitos de rua. Os enunciados que circulam na sociedade, pelas mesmas ruas ocupadas por estes corpos infames, vão na direção de invisibilizá-los e até criminalizá-los. A linguagem exerce poder como um sistema que também compõe a malha do poder, disciplinando os corpos pelos sentidos que produz, estando também a serviço dos dispositivos disciplinares. Por outro lado, esta mesma linguagem também opera nos espaços de resistência, produzindo os sentidos outros fora dos espaços privilegiados, possibilitando que os sujeitos das ruas produzam um saber específico sobre suas existências, falando de seu lugar, numa dobra do sujeito controlado sobre si mesmo, fazendo emergir um sujeito da resistência. O saber das ruas, ao tempo que se encontra sob o exercício do poder disciplinar, produzindo práticas próprias da sociedade punitiva, ele também produz um saber de si, que o empodera: a rualogia.

5 Rualogia e a luta dos sujeitos infames nos espaços da cidade

A noção de espaço é central nesta discussão, considerando que os discursos produzidos acerca da população de rua, seus corpos e suas práticas operam neste lugar heterotópico de produção de saberes e de subjetividades. O desenho, figuras 1 e 2, que exprime esta configuração espaço-sujeito pode ser duplamente representada assim:



Figuras 1 e 2. Fonte: Elaboradas pela autora.

Na imagem da esquerda, a representação geral, sustentada pela teoria foucaultiana do sujeito, na qual este está ao centro, como objeto primeiro de sua discussão, constituído na relação espaço/corpo, mas atravessado por relações de saber/poder. Esta é a configuração analítica central, a partir da qual, toda prática de leitura está sustentada. Partimos sempre dessa configuração como chave de leitura das mais diversas materialidades discursivas que circulam: que sujeito fala, em que espaço, que corpo é subjetivado e quais as relações de saber/poder que o produzem.

Na imagem à direita, a representação diz respeito à situação particular do sujeito infame, em especial, do que está na rua e se apresenta como corpo dócil para a sociedade, mas na verdade está docilizado pelo dispositivo disciplinar, considerando que o sujeito está sendo subjetivado pelas relações estabelecidas nas leituras que a sociedade os impõe, como resultado de uma bioleitura. Esta tem por base o controle dos sentidos para, conseqüentemente, controlar os corpos e os espaços por onde passam. As ruas são lidas como lugar prestigiado, dado ao trânsito daqueles que estão autorizados a passar por elas. Há um governo das ruas, impondo-lhe regras, sinalizações, condutas, estéticas, fruto de uma biopolítica que, em nome da preservação da vida, alimenta o extermínio de outras. Isso se dá porque o corpo infame, no espaço das ruas, parece confundir-se com suas mazelas. Um corpo-rua transitado, que é controlado, interditado, rasurado, constituído nessa fusão que o produz e o silencia.

[...] O corpo se situa em um dado espaço, mas ele é também um espaço. Acreditávamos, ainda, que o corpo com o espaço se amalgamava ao invés de se ligar, ou seja, começamos a compreender que não se tratava de uma simples relação, entretanto de uma fusão, de uma constituição imbricada. (GAMA-KHALIL; MILANEZ, 2020, p.145)

Ciente disso, a sociedade armada de uma biopolítica exerce o poder sobre estes corpos infames, definindo os lugares que podem ocupar, as formas como podem exercer ou não sua cidadania, quais falas podem circular, quem deve se calar ou morrer, como bem explica Mbembe:

[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar

ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2018, pag. 12).

A seguir, algumas páginas da Cartilha produzida para a população de rua, na qual os direitos destes sujeitos são postos como um saber necessário e importante para o enfrentamento de uma biopolítica que vem investindo no exercício de uma prática de controle e coerção, ainda que por vias indiretas, apresentando-se como produtiva e de acordo com as necessidades dos sujeitos em vulnerabilidade social. A cartilha disponibiliza a narrativa contrária à que circula na sociedade, condenando os sujeitos das ruas. Ela instaura uma discursividade em sua defesa, como modo de dar condições ao enfrentamento de forças punitivas e a criação de espaços de existência em liberdade.

O texto produzido cita o artigo 5º da Constituição que defende o direito de ir e vir dos cidadãos, coadunando com a luta desses sujeitos. A noção de “rualogia” vem sendo produzida no interior do movimento, especificamente por Carlos Henrique que vive em situação de rua em Porto Alegre, para dar conta de exprimir os saberes da rua, aqueles praticados por quem nela vive cotidianamente e, estando, portanto, na contramão dos discursos hegemônicos, está em condições de falar deste espaço. É o sujeito das ruas que pode falar de si, falar do espaço que o subjetiva.

A violação destes direitos à liberdade de ir e vir sucumbe uma luta diária por liberdade dos corpos em situação constante de infâmia e deve ser denunciada. São muitas as formas de violação, listadas no texto, como se pode ler na figura 3:

QUANDO HÁ VIOLAÇÃO DE DIREITOS NAS RUAS?

Quando há violência física ou moral, nas ruas ou nos serviços sociais que frequentamos.

Quando há humilhação, espancamento e atentado contra a vida, realizados pela polícia, agentes públicos ou privados ou qualquer outro setor da sociedade.

Quando somos discriminados por sermos pobres, ou pela nossa cor ou escolha sexual e religiosa

IR PERMANECER VIR

NO ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA É ASSEGURADO O "DIREITO DE IR E VIR".

EM QUALQUER ÁREA DA CIDADE, A RESTRIÇÃO À CIRCULAÇÃO E PERMANÊNCIA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, PRATICADA POR POLÍCIAIS E GUARDAS MUNICIPAIS, FERE ESSE DIREITO DE TODO CIDADÃO.

PRINCIPAIS VIOLAÇÕES CONTRA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:

- Chacinas e extermínios
- Espancamentos
- Retirada dos pertences
- Jatos de água
- Coação
- Agressão verbal
- Detenção por vadiagem
- Impedimento de acessar serviços e espaços públicos
- Expulsão das regiões centrais da cidade
- Impedimento de entrar nas cidades
- Proibição de doações
- Cadastro e Abrigamento obrigatórios
- Apreensão de documentos
- Não atendimento pelo SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência)
- Criminalização da situação de rua e da pobreza

O QUE FAZER?

- Faça um boletim de Ocorrência.
- Procure entidades para que encaminhem a denúncia ao Ministério Público.
- Organize manifestações, atos públicos e audiências públicas.
- Utilize do serviço Disque 100.

Figura 3. Disponível em:

https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf

Na próxima imagem da cartilha, há a defesa de uma política pública para dar conta de resolver o dilema social instaurado. O Estado aparece como figura de poder que tem a responsabilidade de prover esta (bio)política. Cumprindo esta missão, o poder público fica legitimado a gestar ações para estes sujeitos. A questão é que, sendo implementada a política pública, os gestores, muitas vezes, o fazem para cumprir um papel que lhe foi delegado e que atende a interesses outros, inclusive econômicos, além de validar o discurso de que está fazendo a política certa para seu povo, governando a si e aos outros com a devida competência. E isso o legitima a alegar muitas outras tarefas que o impedem de cumprir a rigor os critérios necessários à não violação dos referidos direitos que diz defender.



Figura 4. Disponível em:

https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf

A cartilha chama a atenção para este risco do “preconceito” da sociedade e dos gestores, alertando a população para a devida cobrança do cumprimento das políticas públicas anunciadas. Assim o biopoder vai ganhando força, num movimento elástico de fazer valer e retirar direitos desses sujeitos, ora atendendo ao movimento de resistência, ora exercendo seu controle sobre suas vidas.

6 Palavras finais sobre uma existência infame sempre em luta nas ruas

Há uma produção das subjetividades invisibilizadas, referente aos sujeitos em situação de rua, que se impõem nas narrativas contadas, como resistência a condições hegemônicas de

controle da vida. Vimos claramente nas postagens do grupo FSA invisível, feitas a partir dos relatos cotidianos que presenciam em suas ações com a população de rua em Feira de Santana.

Há, por outro lado, uma existência controlada, “organizada”, segregada segundo regras de uma biopolítica das ruas não mais livres em seu direito de ir e vir, dos corpos que precisam estar em determinados espaços e não em outros. Este exercício do poder assombra as ruas e produz um sentido para estes sujeitos que o afastam do mínimo direito de caminhar e de poder concorrer com as oportunidades que esta mesma biopolítica anuncia como ação social.

Traçar um desenho dessas relações de força, pondo em evidência os pontos de aproximação e de conflito, possibilita que se abra a fenda das ruas e jogue sobre ela um feixe de luz para ver como subjetividades em condição de sujeição insurgem denunciando, confrontando, produzindo narrativas de si como formas de alcançar uma outra estética de seus corpos, de suas vidas: “É uma antologia de existências. Vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras. Vidas breves, encontradas por acaso em livros e documentos” (FOUCAULT, 2003). Se a sociedade não lhes possibilita ocupar um lugar de visibilidade, as breves falas cotidianas, diante de sujeitos que se sensibilizam com a causa, surgem como forma de resistir ao biopoder.

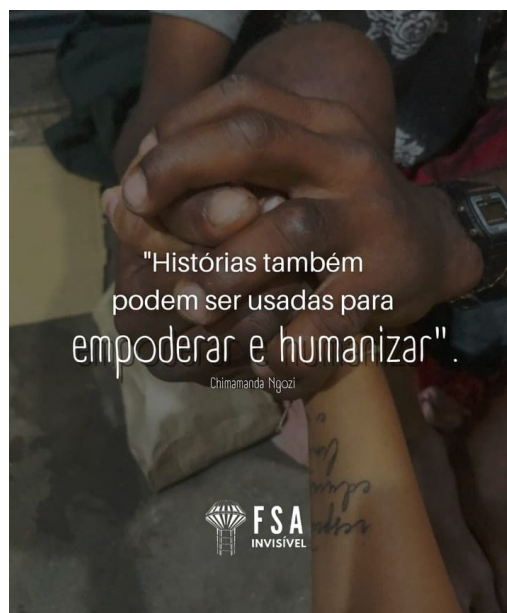


Imagem 9. Fonte: Disponível em <https://www.instagram.com/p/CeQytLVrNOT/>

Os movimentos sociais de população de rua encontram-se no limiar deste embate, fazendo circular os discursos de resistência na luta por políticas públicas. O espaço das redes sociais funciona como este duplo das ruas, (re)organizando narrativas cotidianas, produzindo subjetividades em acordo com as falas dos sujeitos nessa condição de infâmia. As mídias estão sendo usadas para leitura das ruas, diagnosticando esta rede de relações. Como defende o *post* do FSA Invisível, “histórias também podem ser usadas para empoderar e humanizar”, ao que acrescento que histórias podem subjetivar, produzindo sujeitos sempre em luta, pois são espaço de produção de um si que estava invisibilizado, mas que insurge das lutas que travam na diversidade das ruas.

Referências

- BORGES, Carla Luzia Carneiro; FARIAS, Diego Medeiros. Pistas para se pensar numa bioleitura sob a luz de Michel Foucault: cartografias do site *G1 (2019)* In BORGES, Carla Luzia Carneiro; CAZUMBÁ, Renailda Ferreira; FARIAS, Diego Medeiros. **Teias discursivas: leituras, sujeitos, atravessamentos**. Curitiba: CRV, 2020.
- COITO, Roselene de Fátima. Cena(s) de rua: da literatura e das formas jurídicas aos exercícios de poder na gestão de vidas. In SOARES, Thiago Barbosa; CRUZ, Mônica da Silva; COITO, Roselene de Fátima. **Novas fronteiras em análise de discurso: objetos outros**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.
- FOUCAULT, M. **Subjetividade e verdade: curso no Collège de France (1980-1981)**. Edição estabelecida por Frédéric Gros sob direção de François Ewald e Alessandro Fontana; Tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.
- FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: _____. **Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p.203-222.
- GAMA-KHALIL, Marisa; MILANEZ, Nilton. Corpo-espaço organização e funcionamento de uma noção discursiva. **Revista Moara**, 2020.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios, revista do ppgav/eba/ufrij | n. 32, dezembro 2016.
- MILANEZ, Nilton. O corpo liberto: arqueologia do saber e práticas de liberdade no Instagram. In SOARES, Thiago Barbosa; CRUZ, Mônica da Silva; COITO, Roselene de Fátima. **Novas fronteiras em análise de discurso: objetos outros**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.
- MILANEZ, Nilton. **Audiovisualidades: elaborar com Foucault**. Londrina: Eduel; Guarapuava: Ed. Unicentro, 2019.
- Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). **Cartilha de Formação do Movimento Nacional de População de Rua**. Outubro, 2010. Disponível em https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf

Recebido em: 04/06/23

Aceito em: 13/07/23